



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

MENSAGEM Nº 060/91 - JAB

Cordeirópolis, 30 de outubro de 1991.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Cumpre-nos encaminhar nesta oportunidade, para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara Municipal de Cordeirópolis, o incluso Projeto de Lei nº 060/91 - PMC - desta data - que dispõe sobre a criação da unidade fiscal do Município de Cordeirópolis, estabelece critérios para aplicação de juros, multa moratória e correção dos débitos fiscais, na forma que especifica.

Pretende, este Executivo Municipal, com a presente matéria, definir para o Departamento de Tributos-Sector Lançadoria, um valor que sirva de referência para realização de operações de tributos sujeitos a alíquotas fixas, tendo em vista a extinção do BTN e do MVR (Bônus do Tesouro Nacional e Maior Valor de Referência), que até então servia de base de cálculo.

Este Projeto de Lei, define também a indexação dos tributos pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, inclusive multas e dá outras providências.

Assim sendo, este Executivo Municipal conta com o irrestrito apoio dos Nobres Vereadores dessa Augusta Casa de Leis, no sentido da plena aprovação da presente proposição de Lei.

Renova na oportunidade os protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,


OSVALDO PERUZZI
-Prefeito Municipal-

À Sua Excelência o Senhor Vereador
JOSÉ JORENTÉ
DD. Presidente da Câmara Municipal de
CORDEIRÓPOLIS - SP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

PROJETO DE LEI Nº 060
DE 30 DE OUTUBRO DE 1991.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE CORDEIROPOLIS, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE JUROS, MULTA MORATÓRIA E CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ODAIR PERUCHI - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criada a UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE CORDEIROPOLIS - UFMC, cujo valor em 1º de outubro de 1991 equivale a importância de Cr\$ 20,000,00 (vinte mil cruzeiros).

Artigo 2º - O Poder Executivo do Município, poderá, periodicamente, promover a atualização monetária da UFMC de acordo com a variação mensal do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Parágrafo Único - A primeira atualização monetária da UFMC processar-se-á no dia 15 de novembro de 1991.

Artigo 3º - A partir de 1º de janeiro de 1992 os tributos sujeitos a operações através de alíquotas fixas, serão calculados, tomando-se como referência a UFMC, assim como, terem os seus valores expressos em quantidades de UFMC.

Artigo 4º - Os débitos com a Fazenda Municipal, não liquidados, total ou parcialmente, até o vencimento, ficarão sujeitos a multa e juros de mora, calculados sobre os seus respectivos valores, corrigidos monetariamente.

Artigo 5º - Os juros de mora, tanto na via judicial como na administrativa, serão contados no dia seguinte ao do vencimento, e a razão de 1% (um por cento) ao mês calendário ou fração, calculados sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

Artigo 6º - A multa de mora de que trata o artigo 4º desta Lei, será de 20% (vinte por cento), sobre a importância devida, corrigida monetariamente, até o seu pagamento.

Artigo 7º - O valor da notificação ao contribuinte relativamente a contribuição de Melhoria, após atualizado monetariamente, se expresso em cruzeiros, e havendo parcelamento do débito, os respectivos

continua.....
GOVERNO PROGRESSISTA DE
CORDEIROPOLIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Proj. de Lei nº 060/91 - 30.10.91

-continuação-

fls.02

carnês terão os seus valores expressos em UFMC (Unidade Fiscal do Município de Cordeirópolis).

Parágrafo Único - Apurado a importância a pagar das parcelas, o va valor monetário será convertido em UFMCs, do mês da notificação, e reconvertido em cruzeiros pelo valor monetário atribuído à UFMC _ na data do seu efetivo pagamento.

Artigo 8º - A partir de 1º de janeiro de 1992, as bases de cálculo e os valores lançados de tributos, passam a ser atualizados a _ partir do dia 15 de cada mês, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE do mês anterior, divulgado no mês do pagamento.

Artigo 9º - Os débitos de qualquer natureza para a Fazenda Municipal, inclusive os fiscais, inscritos ou não em Dívida Ativa, serão atualizações na forma do artigo anterior.

Artigo 10 - Havendo interesse e oportunidade em tornar coincidente a atualização monetária com o mês civil, fica o Poder Executivo autorizado a substituir o indexador objeto desta Lei, por um outro adotado pelo Governo Federal, e que também reflita a variação de _ preços.

Artigo 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer outro indexador econômico de caráter oficial, que também reflita a va riação de preços, caso ocorra a extinção e a falta de divulgação _ do INPC-IBGE.

Artigo 12 - A atualização monetária aplicar-se-á, na forma do ar tigo 9º desta Lei aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa, ou judicial, salvo se o contribuinte houver _ depositado em moeda, a importância questionada.

Parágrafo Único - As importâncias depositadas pelo contribuintes _ em garantia da instância administrativa ou judicial, deverão ser devolvidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do ato que houver reconhecido a improcedência da exigência fiscal.

Artigo 13 - Os dispositivos constantes desta Lei, são extensivos _ ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE - do Município de Cordeirópolis, no que couber.

continua.....

GOVERNO PROGRESSISTA DE
CORDEIROPOLIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Proj. de Lei nº 060/91 - 30.10.91

-continuação-

fls.03

Artigo 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, re
vogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 30 de outubro de 1.991.


ODAIR BERUCHI
-Prefeito Municipal-

GOVERNO PROGRESSISTA DE
CORDEIROPOLIS



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL, 58
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP.

=EMENDA MODIFICATIVA AO ARTIGO 13 DO PROJETO DE LEI Nº 060/91-
PMC DE 30 DE OUTUBRO DE 1991=

-Fica modificado o artigo 13 do referido projeto, como segue:

"Art. 13 - Os dispositivos constantes desta Lei, são extensivos às
Autarquias Municipais, no que couber."

Sala das Sessões, aos 05 de Novembro de 1991.

JOSÉ VALTER MASCARIN

-Vereador-

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS
APROVADO
Sessão de 05 / Novembro / 19 91

1º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL, 18
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP.

=COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA=

-REF. PROJETO DE LEI-PMC nº 60/91 de 30/10/91

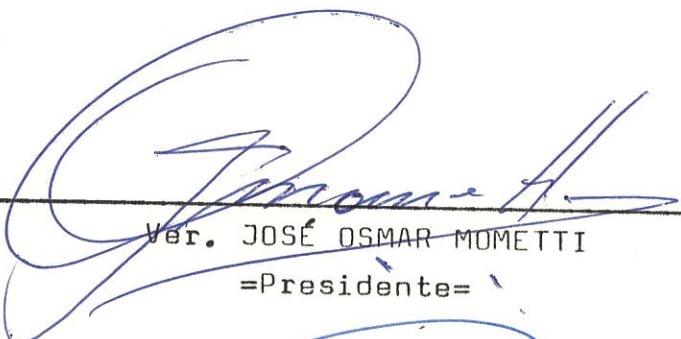
=P A R E C E R=

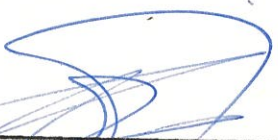
ANALISANDO O PROJETO EM EPIGRAFE, CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO JURÍDICO, HAVENDO PORTANTO CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS, 05 / Novembro / 91


Ver. JOSÉ OSMAR MOMETTI
=Presidente=


Ver. PASCHOAL FLORIVALDO ZAROS
=Membro=


Ver. MILTON ANTONIO VITTE
=Membro=



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL, 18
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP.

=COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO=

-REF. PROJETO DE LEI - PMC nº 60/91 de 30/10/91

=P A R E C E R=

ANALISANDO O PROJETO EM EPIGRAFE, CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO, HAVENDO PORTANTO CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS, 05 / Novembro / 91


Ver. ISRAEL JOSÉ FELIPPE

=Presidente=


Ver. JOSÉ FORTUNATO PRIMININI

=Membro=


Ver. HAROLDO DE JESUS MENEZES

=Membro=



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PEÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL, 18
CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP.

=COMISSÃO PERMANENTE DE REDAÇÃO=

-REF. PROJETO DE LEI-PMC nº: 60/91 de 30/10/91

=P A R E C E R=

ANALISANDO O PROJETO EM EPÍGRAFE, CONSTA-
TAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO
REDACIONAL, HAVENDO PORTANTO CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS, 05 / Novembro / 91

Ver. JOSÉ VALTER MASCAFIN
=Presidente=

Ver. PASCHOAL FLORIVALDO ZAROS
=Membro=

Ver. IVAIR CABRINI
=Membro=